

Dispositivos disciplinares e biopolíticos em xeque: uma ontologia de práticas de governo

Flávia Cristina Silveira Lemos

(Profa. Dra. Adjunta em psicologia social/IFCH/UFPA)

flaviacslemos@gmail.com

Alyne Alvarez Silva

(Profa. Ms. em psicologia social/UNAMA)

alvarezalyne@hotmail.com

Vilma Nonato de Brício

(Profa. Esp. e Mestranda em educação/UFPA)

vilma@ufpa.br

Esta mesa apresenta a proposta de colocar em discussão trabalhos que resultam de pesquisas realizadas com a contribuição de instrumentos/operadores de leitura que nos foram legados por Michel Foucault.

São colocados em análise objetos produzidos historicamente e suas condições de possibilidade e são problematizadas as redes de relações de poder em que os saberes sobre crianças, jovens e sexualidade nas escolas entram em jogo e como as estratégias disciplinares e biopolíticas entram em cena, em práticas concretas de governo dos outros.

Estes estudos se ancoram em ricos e complexos debates e têm o objetivo de se tornarem ação política que implica uma atitude crítica frente ao presente, realizando uma ontologia histórica de nós mesmos, buscando destruir supostas evidências e criar zonas de liberdade e espaços de criação ética na tentativa de abrir possibilidades e de não aceitar o intolerável produzido em nossa atualidade. Uma atitude crítica frente ao presente implica em levantar perguntas que levem em consideração as problemáticas de nossa época, buscando colocar em análise as relações de luta que são travadas na sociedade em que vivemos. O exercício de crítica possibilitaria resistências e a criação de zonas de liberdade, em uma batalha permanente, em que a pesquisa e a escrita seriam armas de guerra, em uma ontologia histórica de nós mesmos (FOUCAULT, 1984).

Na sociedade, há milhares e milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de força de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo. [...] Em toda parte se está em luta. [...] De fato, relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. Com frequência se disse — os críticos me dirigiam esta censura — que, para mim, ao colocar o poder em toda parte, excluo qualquer possibilidade de resistência. Mas é o contrário!”. (FOUCAULT, 2006, p. 231-2)

Ora, deste modo, faz-se pesquisa enquanto operação histórica tendo como eixo o pensar como experimentação analítica e política cujo alvo é um projeto de des-disciplinarizar, portanto, libertar os saberes sujeitados e interrogar os mecanismos de poder que atravessam e controlam os corpos via práticas de governo de condutas normalizadoras. Michel Foucault definiria governamentalidade como:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. (Foucault, 1979, p. 291-292)

Na intercessão com Foucault, queremos produzir curto-circuito, como ele dizia que desejava fazer, nos apropriando da genealogia como uma arma de luta para dispersar tudo que parece cristalizado e definido, questionando racionalidades disciplinares e biopolíticas que foram instituídas em programas de gestão da vida e materializadas em dispositivos e engrenagens políticas sustentadas por regimes de verdade.

[...] Paul Veyne faz um retrato de Foucault como guerreiro. Foucault sempre invoca a poeira ou o murmúrio de um combate, e o próprio pensamento lhe aparece como uma máquina de guerra. É que, no momento em que alguém dá um passo fora do que já foi pensado, quando se aventura para fora do reconhecível e do tranquilizador, quando precisa inventar novos conceitos para terras desconhecidas, caem os métodos e as morais, e pensar torna-se, como diz Foucault, um “ato arriscado”, uma violência que se exerce primeiro sobre si mesmo. [...] (DELEUZE, 1992, 128).

As pesquisas históricas de Foucault são cartografias, mapas, diagramas que operam uma história problematizadora, que produz um pensar interrogante e estabelecido no espanto, no estranhamento, em um exercício constante de demolição das evidências. De acordo com Marton (2001, p. 203-4):

A genealogia nietzschiana é entendida como análise da proveniência e história das emergências. [...] A proveniência (*Herkunft*) não funda, não aponta para uma continuidade, não é uma categoria de semelhança. Perguntar-se pela proveniência de um indivíduo, de um sentimento ou de uma idéia, não é descobrir suas características genéricas para assimilá-lo a outros, nem mostrar que nele o passado ainda está vivo no presente, muito menos encontrar o que pôde fundá-lo, mas sim buscar suas marcas diferenciais, repertoriar desvios e acidentes de percurso, apontar heterogeneidades sob o que se imagina conforme a si mesmo. A emergência (*Entstehung*), por sua vez, não se confunde com o termo final de um processo, [...] No indagar sobre a emergência de um órgão ou de um costume, não se trata de explicá-los pelos antecedentes que os teriam tornado possíveis, mas de mostrar o ponto de seu surgimento; não cabe compreendê-los a partir dos fins a que se destinariam, mas detectar um certo estado de forças em que aparecem.

Com Foucault, pretende-se analisar dispositivos de poder-saber e historicizá-los, enquanto acontecimentos que se materializam por meio de práticas concretas que são vizinhas e recíprocas, em relação de imanência e em composição descontínua, não linear, sem origem e sem finalidade. O dispositivo tem um sentido e função metodológica e é compreendido por Foucault como,

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Analisando os dispositivos de poder-saber, Foucault (1979) propôs por meio da pesquisa documental uma postura crítica das condições de possibilidades de emergência dos acontecimentos, utilizando ferramentas de uma história belicosa para efetuar seu trabalho. Desse modo, produziu relevantes instrumentos de análise, como o método genealógico, visando problematizar as práticas sociais com uma preocupação política, em que fabricava uma história política da verdade.

Os trabalhos que compõem a mesa se afinam com os trabalhos de Foucault em virtude da incitação às lutas que buscam promover contra as sujeições. Tais lutas são entendidas como propostas pelo autor como um movimento de recusa de quem somos (FOUCAULT, 1995) e servem para questionar o estatuto do indivíduo, possibilitando a promoção de novas formas de subjetividade, outros modos de ser e, conseqüentemente, outras formas de intervenção em questões tidas como problemáticas.

Necessariamente atrelada às lutas contra as sujeições, os trabalhos enveredam-se pela investigação das formas como somos governados, mais especificamente, a maneira como atuam as racionalidades políticas para o governo dos outros. E, para tanto, se utiliza da atitude crítica que possibilita questionar a forma como esse governo atua, abrindo espaço para pensar “como não ser governado *assim*, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles” (FOUCAULT, 2005, p. 03). A atitude crítica, entendida como “indocilidade refletida”, é assim utilizada como força motriz para o desassujeitamento no jogo da política da verdade.

Uma ontologia histórica das estratégias de governamentalidade acionadas pela UNESCO e pelo UNICEF

Flávia Cristina Silveira Lemos

A governamentalidade enquanto governo das condutas dos outros e de si foi temática cara aos estudos de Foucault. A apropriação de tal instrumento analítico é importante para pensar as práticas da UNESCO e do UNICEF no Brasil. Estes organismos multilaterais são ligados ao sistema de Organização das Nações Unidas e, têm se posicionado no jogo de forças da cena política atual como responsáveis pela gestão da paz mundial.

Para tanto, frente às mais diversas e heterogêneas práticas executadas pelos assessores destas agências, a presente análise recorta uma de suas séries, a de governo da cultura como mecanismo de redução de conflitos com o objetivo de produzir consensos e promover uma justiça equitativa. Ancora-se nesta série, a preocupação com a difusão de discursos de economia política sobre o objeto desenvolvimento sustentável como proposta para o Brasil de constituição de uma agenda de políticas públicas e como uma forma específica de proteger crianças e jovens.

Estas análises fazem parte de pesquisa em andamento dentro de um guarda-chuva maior de estudos sobre as práticas do UNICEF e da UNESCO, no país, há alguns anos, especificamente desde 2004, com a contribuição do método genealógico.

O que estamos fazendo de nós mesmos era a pergunta central de Michel Foucault, nos últimos anos de suas pesquisas que se guiavam por uma analítica histórico-filosófica do presente, deste modo, afirma-se que interrogar as práticas de governo das condutas efetuadas por estas agências multilaterais auxilia a problematizar o presente e produzir uma ação política enquanto atitude crítica frente nossa atualidade.

PROBLEMATIZANDO PRÁTICAS DE NORMALIZAÇÃO DE “JOVENS INFRATORES” EM UM DISPOSITIVO JURÍDICO

Alyne Alvarez Silva

Foucault (1979, p. 244) entende dispositivo “como um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência”. Grosso modo, “dispositivo” pode ser definido como um conjunto híbrido de humanos e não-humanos – leis, práticas profissionais, arquiteturas, discursos, regulamentos, medidas administrativas, proposições filosóficas, hábitos etc. – que inevitavelmente atravessam os seres humanos e estabelecem determinados modos de ser. Sendo assim, o dispositivo possui uma função estratégica na medida em que sua emergência, constituição e constante reconfiguração tem como condição de possibilidade a problematização de alguma experiência humana, uma experiência que se torna problemática em um determinado momento histórico e para a qual é preciso criar racionalidades estratégicas para transformar indivíduos em sujeitos de determinado tipo.

A partir desta perspectiva, colocamo-nos a pensar acerca de um dispositivo que diz respeito a todo um aparato da justiça criado e constantemente rearranjado para dar conta de questões referentes a adolescentes envolvidos com atos infracionais. Vislumbrando os modos de subjetivação presentes nas complexas tramas de saber-poder de um dispositivo jurídico, podemos pensar não como o “sujeito infrator” emerge historicamente como questão problemática, mas, sim, como continua sendo constituído no interior deste dispositivo.

Entendendo, então, o dispositivo como um conjunto heterogêneo de práticas de saber, de poder e de subjetivação, partimos do “processo judicial” de um adolescente, em cumprimento de Medida Sócio-Educativa de Internação, para problematizar, a partir de um estudo genealógico, a dinâmica das relações de forças que compõem o referido dispositivo e que, racionalizadas em práticas, funcionam como estratégias de governamentalidade que constituem o “adolescente infrator”. Considerando as práticas a que os adolescentes são submetidos no decorrer do cumprimento da medida como o interesse primordial deste trabalho, as racionalidades das quais tratamos referem-se ao governo dos outros: técnicas de poder que visam o disciplinamento, a normalização e a sujeição dos adolescentes internados.

Este trabalho é parte das análises da pesquisa de mestrado intitulada: “Modos de Subjetivação e Estratégias de Governamentalidade: a constituição de um ‘sujeito infrator’ nas tramas de um dispositivo jurídico”, defendida em maio deste ano.

SEXUALIDADE ESTRATÉGIAS DE PODER DISCIPLINAR E BIPODER ACIONADAS PELO CURRÍCULO

Vilma Nonato de Brício

A sexualidade foi pensada por Foucault como um dispositivo histórico, no qual se tenta alojar a “verdade” sobre o sujeito, nos discursos que não cessam de falar e fazer falar sobre a sexualidade. Problematizar a sexualidade na contemporaneidade demanda uma reflexão sobre a sua articulação com dois dispositivos que se entrecruzam para possibilitar o disciplinamento dos corpos e das vidas sexuais dos indivíduos: trata-se do “dispositivo disciplinar” e o “dispositivo da biopolítica”.

Foucault em sua analítica do poder se preocupa com os modos de exercício do poder e suas tecnologias, sua extensão, sua mecânica de funcionamento e os efeitos que emerge. Dessa forma, assinala que a grande preocupação desses poderes foi com a vida, a vida do corpo e a vida da espécie; objetivando geri-las em sua função individualizante/especificante e, ao mesmo tempo, totalizante, pois os fenômenos de população correlatos à sexualidade como efeito das práticas de biopoder eram a natalidade, as taxas de reprodução, a longevidade, a mortalidade, a idade de iniciação sexual, as campanhas de educação sexual, a maternidade, a vida do casal, o controle epidemiológico das doenças sexualmente transmissíveis, o controle demográfico, as sexualidades denominadas “perversas” e outras categorias de governo da vida.

Apropriando-nos desses instrumentos analíticos podemos pensar sobre os deslocamentos sofridos pelo dispositivo da sexualidade hoje e nos dispositivos e técnicas de poder que controlam e normalizam a sexualidade, como o currículo escolar. Este como uma tecnologia pedagógica normaliza os sujeitos e seus corpos entre os muros escolares e para além deles, tanto acionando o poder disciplinar como o biopoder. Estas reflexões fazem parte da pesquisa de mestrado “Gênero e sexualidade nas práticas de docentes de uma escola pública de Abaetetuba: uma análise foucaultiana”.

Referências

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. “O que é o iluminismo?” In: ESCOBAR, C. H. (org.) *Dossier*. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.

_____. “Poder e saber”. In: Motta, M. B. da (org.) *Estratégia, poder-saber*. (Coleção Ditos & Escritos. Volume IV). 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MARTON, S. *Extravagâncias: ensaios sobre a filosofia de Nietzsche*. 2ª. Ed. São Paulo: Discurso Editorial e UNIJUÍ, 2001.